Almiro Eduardo de Almeida

Emprega-dor: a participação da classe dominante na construção do Direito do Trabalho no Brasil – uma história forjada com alienação, estranhamento e ideologia

Tese de doutorado

Orientador: Prof. Dr. Flávio Roberto Batista

Universidade de São Paulo – USP
Faculdade de Direito do Largo São Francisco
São Paulo – SP
2017

Almiro Eduardo de Almeida

Emprega-dor: a participação da classe dominante na construção do Direito do Trabalho no Brasil – uma história forjada com alienação, estranhamento e ideologia

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, como exigência para obtenção do título de Doutor em Direito na área de concentração do Direito do Trabalho sob orientação do Prof. Dr. Flávio Roberto Batista

Universidade de São Paulo – USP
Faculdade de Direito do Largo São Francisco
São Paulo – SP
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Almeida, Almiro Eduardo.

Emprega-dor: a participação da classe dominante na construção do direito do trabalho no Brasil – uma história forjada com alienação, estranhamento e ideologia / Almiro Eduardo Almeida. – 2017.

433 p. ; 30 cm

Orientação: Prof. Dr. Flávio Roberto Batista.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Paulo, 2017.

1. Empregador. 2. Alienação. 3. Estranhamento 4. Ideologia.
5. História do Direito do Trabalho I. Batista, Flávio Roberto, orient. II. Título.

CDU 34:331(81)

Bibliotecária responsável
Marisa Fernanda De Borba Miguellis CRB10/1241

ALMEIDA, Almiro Eduardo de. **Emprega-dor**: a participação da classe dominante na construção do Direito do Trabalho no Brasil – uma história forjada com alienação, estranhamento e ideologia. Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, como exigência para obtenção do título de Doutor em Direito na área de concentração do Direito do Trabalho.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Liane e Almiro, em nome da geração passada:

— estranha sabedoria;

Aos meus irmãos, Ana Virgínia e Júnior, em nome da geração presente:

— igualdade nas diferenças;

Ao meu filho, Arthur, em nome da geração futura:

— esperança.

AGRADECIMENTOS

No prefácio da primeira edição d'O Capital, Marx refere que todo começo é difícil. Na verdade, o começo absoluto é impossível. Anões que somos, temos de nos apoiar sobre os ombros de gigantes, como já reconheciam os medievais. Foi o que fiz. Meu trabalho não é somente meu; é o trabalho de várias gerações que me antecederam e de algumas pessoas que são, inclusive, mais jovens do que eu. A começar pelo meu orientador, Professor Doutor Flávio Roberto Batista, a quem, desde já, dirijo o primeiro agradecimento.

Deixando de lado o agradecimento aos meus familiares (não cansarei de fazê-lo pessoalmente), agradeço, ainda, aos professores e colegas com os quais tive contato ao longo dos quase dois anos em que frequentei as disciplinas da pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP. Destaque especial merecem os membros-pesquisadores dos grupos de estudos de que participei naquela instituição: Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo, coordenado pelo Professor Doutor Marcus Orione Gonçalves Correia; Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital – GPTC, coordenado pelo Professor Doutor Jorge Luiz Souto Maior; e Núcleo de Estudos sobre Teoria e Prática da Greve no Direitos Sindical Brasileiro Contemporâneo – NETEPGREVE, coordenado por meu orientador. Como não poderia deixar de ser, o agradecimento se estende, da mesma forma, aos colegas-pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Direito do Trabalho do IPA, que venho coordenando desde 2015.

Todas essas pessoas foram indispensáveis para a pesquisa e o amadurecimento das ideias que formam a presente tese. Por isso utilizarei, daqui em diante, o discurso na primeira pessoa do plural, não apenas como um recurso retórico (veemente aconselhado na academia), mas também como forma de reconhecimento de que não escrevo só. Parafraseando Horkheimer, em contraposição ao individualismo metodológico característico da ideologia burguesa, pretendo levar a sério o “nós retórico”. Por certo, esses agradecimentos não me isentam de assumir integralmente a responsabilidade por eventuais erros que eu tenha cometido.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Karl Marx, O 18 brumário de Luís Bonaparte.

RESUMO: ALMEIDA, Almiro Eduardo de. **Empregador:** a participação da classe dominante na construção do Direito do Trabalho no Brasil – uma história forjada com alienação, estranhamento e ideologia. Fevereiro, 2017. 433 f. Tese de Doutorado em Direito do Trabalho. Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Universidade de São Paulo – USP. Trata da participação do empregador na instauração do modo de produção capitalista e na consolidação do Direito do Trabalho no Brasil. Partindo das categorias antropológicas trabalhadas pelo “jovem Marx”, demonstramos que a alienação da força de trabalho realizada no modo de produção capitalista causa diferentes formas de estranhamento, não apenas nos trabalhadores, mas também nos empregadores. Sustentando que essas formas de estranhamento manifestaram-se apenas embrionariamente nos modos de produção anteriores, demonstramos suas lacunas. A partir dos diferentes graus de estranhamento que experimentaram, investigamos e analisamos as formas de atuação de cada fração de classe social nas transformações que conduziram ao surgimento do capitalismo no Brasil. A ideologia foi a categoria central da segunda parte da tese. Partindo da obra de Marx e Engels, rememoramos a evolução do conceito no pensamento marxista a fim de chegarmos a uma definição apropriada a nosso objeto de estudo. Em seguida, passamos a analisar o modo pelo qual distintos discursos ideológicos buscavam (e ainda buscam) legitimar o sistema de exploração vigente no capitalismo. Na conclusão, realizamos um exercício de síntese das análises até então desenvolvidas. Em seu conjunto, a pesquisa nos permitiu uma nova compreensão do empregador, em particular, como classe social, – e do modo de produção capitalista, em sua totalidade, como estrutura dinâmica que, pela ideologia, mascara relações de estranhamento recíproco.

PALAVRAS-CHAVES: empregador – alienação – estranhamento – ideologia – história do Direito do Trabalho

SOMMARIO: ALMEIDA, Almiro Eduardo. **Il Datore di lavoro:** la partecipazione della classe dirigente nella costruzione del Diritto del lavoro in Brasile - una storia forgiata con l'alienazione, lo straniamento e l'ideologia. Febbraio, 2017. 433 f. Tesi di Dottorato sul Diritto del Lavoro. Facoltà di Giurisprudenza di Largo São Francisco. Università di São Paulo - USP. Si tratta della partecipazione del datore di lavoro nello stabilimento sul modo di produzione capitalistico e sul consolidamento del Diritto del Lavoro in Brasile. Partendo dalle categorie antropologiche lavorate da "giovane Marx," abbiamo dimostrato che la vendita della forza di lavoro tenuta nel sistema della produzione capitalistica provoca varie forme di straniamento, non solo nei lavoratori ma anche nei datori di lavoro. Sostenendo che queste forme di straniamento si sono manifestate appena embrionalmente nei sistemi di produzione precedenti, abbiamo dimostrato le loro lacune. Dai diversi gradi di estraneità sperimentati, indaghiamo e analizziamo le forme di attività di ciascuna frazione della classe sociale nelle trasformazioni che hanno portato alla nascita del capitalismo in Brasile. L'ideologia è la categoria centrale della seconda parte della tesi. A partire del lavoro di Marx e di Engels, richiamo l'evoluzione del concetto del pensiero marxista al fine di raggiungere una definizione appropriata per il nostro oggetto di studio. Poi analizzo il modo in cui i diversi discorsi ideologici cercavano (e cercano ancora) di legittimare il sistema operativo corrente nel capitalismo. In conclusione, abbiamo condotto un esercizio di sintesi delle analisi precedentemente sviluppate. Nel complesso, la ricerca ci ha permesso di conoscere una nuova comprensione del datore di lavoro; in particolare: come una classe sociale ed il modo di produzione capitalistico nella sua interezza e come una struttura dinamica che, attraverso l'ideologia, maschera rapporti di reciproco straniamento.

Parole chiave: datore di lavoro - alienazione - straniamento – ideologia – storia del Diritto del Lavoro

RÉSUMÉ: ALMEIDA, Almiro Eduardo. **Employeur:** la participation de la classe dirigeante dans la construction du droit du travail au Brésil - une histoire forgée avec l'aliénation, l' éloignement et l'idéologie. Février, 2017. 433 f. Thèse de Doctorat en Droit du Travail. Faculté de Droit de Largo de São Francisco. Université de São Paulo - USP. Il traite de la participation de l'employeur dans la mise en place du mode de production capitaliste et la consolidation du droit du travail au Brésil. D'après des catégories anthropologiques travaillées par "jeune Marx", nous avons démontré que l'aliénation de la force de travail tenue dans le mode de production capitaliste provoque diverses formes d'éloignement, non seulement dans les travailleurs, mais aussi dans les employeurs. Arguant que ces formes d' éloignement exprimés que dans les modes précédents embryonnaires de production, a démontré ses lacunes. D'après les différents degrés d'étrangeté qui ont connu, nous étudions et analysons les formes d'activité de chaque fraction de la classe sociale dans les transformations qui ont conduit à l'émergence du capitalisme au Brésil. Idéologie était la catégorie centrale de la deuxième partie de la thèse. D'après de la oeuvre de Marx et d'Engels, nous nous souvenons l'évolution du concept dans la pensée marxiste afin de parvenir à une définition propre à notre objet d'étude. Ensuite, nous analysons la façon dont les différents discours idéologiques ont cherché (et encore cherchent) à légitimer le système d'exploitation actuel dans le capitalisme. En conclusion, nous avons mené un exercice de synthèse de l'analyse développée précédemment. Dans l'ensemble, la recherche nous a permis une nouvelle compréhension de l'employeur, en particulier, en tant que classe sociale - et le mode de production capitaliste dans son ensemble, en tant que structure dynamique, l'idéologie, masques relations d'éloignement mutuel.

Mots-Clés: employeur - aliénation - éloignement - idéologie - histoire du Droit du Travail

Sumário

INTRODUÇÃO	11
PARTE I: TRABALHO, ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO: CRÍTICA DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO EMPREGADOR NO BRASIL.....	19
1. INTRODUÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO.....	19
2. ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	27
2.1. Alienação e estranhamento: uma distinção a partir da perspectiva jurídica	27
2.2. As formas de estranhamento em relação ao empregado.....	34
2.2.1. Estranhamento com relação aos produtos de seu trabalho	35
2.2.2. Estranhamento com relação à atividade produtiva	37
2.2.3. Estranhamento com relação ao seu ser genérico.....	39
2.3. As formas de estranhamento em relação ao empregador.....	43
2.3.1. Estranhamento como estado de exteriorização.....	45
2.3.2. Estranhamento como comportamento teórico	47
2.3.3. Estranhamento com relação ao ser genérico	51
3. RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DOS PRIMEIROS “EMPREGADORES” NO BRASIL.....	56
3.1. Os colonizadores extrativistas.....	57
3.2. Os três grandes “empregadores” no Brasil colonial.....	62
3.2.1. Os senhores do açúcar	63
3.2.2. Os “empregadores” (dos verdadeiros) desbravadores do Brasil: a mineração e a ocupação do centro-sul	70
3.2.3. Os fazendeiros do café.....	78
3.3. Modo de produção e força produtiva escravistas	91
3.3.1. A escravização do índio	93
3.3.2. Os escravos africanos.....	97
3.3.3. O discurso ideológico de legitimação da escravidão	102
3.3.4. (As contradições da) manifestação do modo de produção escravista na superestrutura jurídica.....	106
4. TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE: “A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA” NO BRASIL	112
4.1. Participação dos trabalhadores no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil.....	114
4.1.1. Participação dos trabalhadores escravizados.....	115
4.1.2. Participação dos trabalhadores livres	117
4.2. Participação dos “empregadores” no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil.....	124
4.2.1. Participação dos pequenos “empregadores” nacionais	125
4.2.2. Participação dos grandes “empregadores” nacionais	127
4.2.3. Participação dos empregadores estrangeiros.....	147
4.3. Participação do Estado no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil	151
4.3.1. A legislação (anti-)abolicionista: a superestrutura jurídica como instrumento de resistência da classe dominante.....	153
4.3.2. O Encilhamento.....	179
4.3.3. A política de imigração	184
ADENDO: AINDA ANTES DO CAPITALISMO... BREVES PALAVRAS SOBRE AS “FORMAS CAMPONESAS DEPENDENTES”.....	189
5. CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE	197

PARTE II: A(S) IDEOLOGIA(S) DO EMPREGADOR: CRÍTICA AOS DISCURSOS DE
LEGITIMAÇÃO DO CAPITAL E À CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RAMO DO DIREITO... 201

1. INTRODUÇÃO: IDEOLOGIA E HISTÓRIA	201
2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO MARXISTA SOBRE IDEOLOGIA	205
2.1. O percurso histórico de uma palavra.....	205
2.2. Uma proposta de definição	214
2.2.1. Dominação.....	215
2.2.2. Historicidade	217
2.2.3. Inversão de categorias e ocultamento da realidade	219
2.2.4. A linguagem e os discursos ideológicos.....	221
2.3. Ideologia versus Consciência de Classe.....	226
3. OS DISCURSOS IDEOLÓGICOS DO EMPREGADOR	231
3.1. Ideologia da objetividade da ciência e a naturalização da exploração capitalista na formação da República	232
3.1.1. Os discursos ideológicos: a objetividade da ciência e a naturalização da exploração capitalista.....	232
3.1.2. A sua manifestação material na história: a República e os primeiros anos do capitalismo nacional na superestrutura estatal	244
3.2. Ideologia do individualismo e as deformações imaginárias da livre iniciativa e da concorrência: a industrialização como consequência secundária da agricultura	254
3.2.1. O discurso ideológico: individualismo e as deformações imaginárias da livre iniciativa e da concorrência	254
3.2.2. A sua manifestação material na história: a industrialização no Brasil como decorrência das fazendas de café – a conversão dos senhores de escravos em senhores do capital	266
3.3. Ideologias do caráter nacional e da identidade nacional: a formação e a legalização da classe operária brasileira	281
3.3.1. Os discursos ideológicos: caráter nacional e identidade nacional.....	281
3.3.2. A sua manifestação material na história: a formação e a legalização da classe operária brasileira.....	290
3.4. Ideologia da colaboração: “Self-made-man” e cristalização da ordem social na “República Nova”	322
3.4.1 O discurso ideológico: “self-made-man” e cristalização da ordem social	322
3.4.2. A sua materialidade histórica: a, assim chamada, “República Nova”	332
3.5. Ideologias do pai-patrão, da religião e da democracia: da “República Nova” ao Estado Novo	355
3.5.1. Os discursos ideológicos: pai patrão, religião e democracia.....	355
3.5.2. A sua materialidade histórica: o Estado Novo.....	371
4. CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE:	401
CONCLUSÃO:.....	404
REFERÊNCIAS	412
OBRAS CONSULTADAS.....	412
SITES CONSULTADOS	426

Introdução

Vivemos um momento de desconstrução do Direito do Trabalho. Quase que diariamente somos bombardeados por notícias sobre políticas governamentais, alterações legislativas e decisões judiciais que, suprimindo conquistas sociais, reduzem ou até mesmo extinguem direitos. Nesse cenário, fala-se em segurança jurídica e em fortalecimento dos agentes sociais, mas enquanto as empresas e seus representantes são efetivamente fortalecidos, os sindicatos das categorias profissionais ficam cada vez mais enfraquecidos e os trabalhadores mais inseguros.

Para compreender adequadamente esse quadro de desconstrução é necessário voltar o olhar para o passado e verificar como esse Direito foi construído. A história da consolidação do Direito do Trabalho confunde-se com a da instauração do modo de produção capitalista no Brasil. Trata-se de uma história que se desenvolve de forma dialética, mediante um mecanismo de pressões e resistências, concessões e neutralizações de uma classe social em relação à outra.

Movendo-se dialeticamente, essa história se revela cheia de contradições. Um país que é “descoberto” pelos portugueses após já ter sido visitado por europeus (incluindo-se, aí, os próprios portugueses), transforma-se em uma colônia que passa a ser o centro administrativo da metrópole. Esse país comercializa, em um contexto internacional capitalista, o que produz mediante relações internas escravistas. Sem o saber, (alguns) trabalhadores lutam por sua própria exploração, enquanto senhores de escravos resistem a essa luta, impedindo a potencialização de seus próprios ganhos.

Abolida a escravidão e instaurada a República, o primeiro presidente (um fervoroso monarquista), não é eleito, mas indicado por uma comissão de “notáveis” que depõem o último Rei (um notável republicano). Enquanto o povo assiste a essas transformações, bestializado, a *res publica* continua sendo dominada pela mesma *aristocracia* que comandava quando aqui vigia uma *monarquia*. Para legitimar o sistema de dominação, utiliza-se dos Aparelhos Ideólogos de Estado “ressuscitando” um herói que a repressão matara há exatamente um século. Enquanto isso, os trabalhadores – que deveriam ser considerados os verdadeiros heróis nacionais – são mortos pelo Aparelho Repressor desse mesmo Estado. Antigos fazendeiros

escravistas apoiam e fazem desenvolver novos capitalistas industriais que lhes “usurparam” o poder; estes, por sua vez, unem-se a banqueiros que “usurpam” seus lucros.

O dinheiro segue esse mesmo fluxo sinistro e contraditório. Inserido no âmbito do capitalismo internacional, nosso setor agrário escravocrata intercala momentos de apogeu e de crise. Justamente quando passa por uma de suas mais graves crises, esse setor passará a investir fortemente na indústria. Os banqueiros (sanguessugas dos sanguessugas) surgem como meros atravessadores e, ao final do processo, acabam ocupando a posição de destaque do sistema. (Situação que não deve espantar quem conhece o ciclo infernal do capital em que, de mediador, o dinheiro transforma-se em princípio fundamental e fim último de toda ação humana).

Tudo aparece invertido na sociedade (brasileira) dominada pelo capital. De elemento constitutivo do ser humano, o trabalho passa a ser a negação de sua humanidade; os produtos do trabalho passam a dominar seus produtores. Mas não é só isso. O feitiço volta-se contra o feiticeiro (não esqueçamos que fetiche tem origem na palavra portuguesa feitiço) e os donos do dinheiro também passam a ser dominados por ele. Ao fim e ao cabo, de uma forma ou de outra, todos perdem sua humanidade. Prega-se o fim da história e essa forma de Apocalipse, ao invés de apavorar, acalma. O interesse particular é visto como geral, o geral serve apenas aos particulares. Quando o artificial é visto como natural, porque é “naturalmente bom”, a distinção entre um e outro passa a ser, ela mesma, uma artificialidade.

Coroando todas essas contradições, consolida-se um novo Direito que, como não poderia deixar de ser, também é pleno de contradições. Para perpetuar a acumulação do capital, esse Direito tem de limitá-la; para permitir a concentração do dinheiro, tem de distribuí-lo. O mesmo órgão do Estado que é encarregado de reprimir a manifestação coletiva dos trabalhadores é quem monopoliza a ação ideológica de “negociação” que deveria fazer avançar os seus direitos. A questão social, num primeiro momento percebida como caso de polícia, passa a ser tratada como questão de política. O Estado abstencionista é aquele que mais fortemente intervém nas relações econômico-sociais. E, quando aparentemente muda de mãos, mantém a mesma direção, intensificando ainda mais a repressão e potencializando as formas de dominação ideológica. Um governo ditatorial é instaurado e exercido

em nome da democracia; direitos são vistos como obrigações, obrigações como faculdades. Em “favor” da família proletária, faz-se com que todos os seus membros trabalhem, restringindo-se ao máximo seus ganhos. Em “favor” dos trabalhadores, nega-se a concessão dos mais básicos direitos e, quando isso não se faz mais possível, simplesmente sonega-os. São essas e tantas outras as contradições que fazem o capitalismo surgir e se consolidar no Brasil e, com ele, o Direito do Trabalho. Delas é que trata a presente tese.

Esse trabalho de reconstrução histórica não se mostra nada fácil. A história da luta de classes foi (quase) sempre contada pela classe dominante. Assim como a história da escravidão foi escrita por brancos livres, muitos deles, inclusive, donos de escravos; a história dos trabalhadores o foi por historiadores fortemente influenciados pela ideologia dos empregadores. Nessa linha interpretativa incluem-se autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Menos influenciados pela ideologia patronal, mas ainda atribuindo maior destaque à esfera da circulação em detrimento das relações de produção, surgem autores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado. As obras de tais autores foram amplamente utilizadas em nosso trabalho de pesquisa, por apresentarem importantes contribuições no que diz respeito aos dados históricos da classe dominante. Essa utilização não prescindiu, entretanto, de extremo cuidado e do auxílio crítico de autores preocupados com a questão social.

Desse último ponto de vista, destacam-se, como precursores, autores como Décio Saes, Jacob Gorender e Florestan Fernandes; além de Emília Viotti da Costa e Adalberto Paranhos, que podem ser considerados como pertencentes a uma segunda geração. Essa linha interpretativa fundou-se, sobretudo, no pensamento marxista. Sob a perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético, tais autores buscaram uma inversão radical de perspectiva, estudando as relações de produção nacionais “de dentro para fora”, ou seja, atribuindo papel de destaque à esfera da produção de mercadorias. Ocorre que essa inversão de perspectiva fez-se acompanhar de uma inversão de foco: o centro das atenções deixou de ser os empregadores, para passar a ser os trabalhadores.

O que nos propomos a fazer, na presente tese, é justamente, utilizando a segunda forma de interpretação, fundada em um método histórico-materialista-

dialético, resgatar a história da construção do capitalismo e do Direito do Trabalho no Brasil, focando na figura do empregador e na sua participação nesse processo, sob a perspectiva da classe trabalhadora. Desse modo, entendemos que, embora nem o objeto, nem o método aqui utilizados sejam revolucionários, a utilização do método (materialismo histórico) com enfoque no objeto (empregador) opera uma verdadeira revolução dialética, representando, por assim dizer, uma tentativa de síntese das duas correntes interpretativas.

Por questão de honestidade acadêmica, temos de destacar, desde já, que autores como Angela de Castro Gomes e Pedro Fassoni Arruda, cujos textos tivemos contato no desenvolvimento de nossa pesquisa, realizaram trabalhos semelhantes, ao tratar do papel da burguesia na formação do capitalismo. Tais autores, entretanto, por serem historiadora e sociólogo, respectivamente, utilizaram técnica e perspectiva distinta da que nós utilizamos na presente tese. Além disso, nosso objeto de estudo não se identifica totalmente com o deles, uma vez que pretendemos destacar, além dos aspectos históricos e sociais, os aspectos jurídicos da questão.

Ao tratarmos do papel exercido pelo empregador na instauração do capitalismo e na consolidação do Direito do Trabalho no Brasil, não trataremos especificamente de personalidades nacionalmente reconhecidas, como Visconde de Mauá, Francesco Matarazzo e Antônio Pereira Ignácio, por exemplo, por entender que esses homens, na verdade, não são efetivamente os empregadores, mas apenas sua personificação. Além disso, do ponto de vista da formação (e afirmação) da burguesia e do modo de produção capitalista, tanta ou até maior importância tiveram os milhares de pequenos e médios empresários, também personificações desse modelo de exploração da força de trabalho. Algumas palavras de destaque, entretanto, serão destinadas a Jorge Street, não propriamente pelo empresário que foi, mas por ocupar durante algum tempo posição de representação da classe patronal, especialmente durante o período final de consolidação do capitalismo e do Direito do Trabalho no Brasil.

A tese encontra-se estruturada em duas partes. Na primeira, a partir das categorias da alienação e do estranhamento, reconstruiremos a história das primeiras relações de emprego da força de trabalho no Brasil, desde a conquista

portuguesa até a transição do modelo escravista para o capitalista. Dando ênfase à infraestrutura produtiva, veremos de que forma o grau de estranhamento dos agentes envolvidos nas relações de trabalho (trabalhadores, empregadores e Estado) condicionaram suas atuações nesse processo de transição.

Subdividimos essa primeira parte em três capítulos. No primeiro, após sustentarmos uma distinção entre as categorias da alienação e do estranhamento, a partir de uma perspectiva jurídica, demonstraremos de que formas a segunda se manifesta no empregado e no empregador no modo de produção capitalista. Em seguida, passaremos propriamente à reconstrução histórica dos primeiros *empregadores* de trabalho humano no Brasil, abordando o modo de produção escravista. Finalmente, trataremos da transição do escravismo para o capitalismo, dedicando-nos especialmente à participação de cada classe (e fração de classe) social e do Estado nesse processo, a partir do grau de estranhamento que compartilhavam. Encerraremos a primeira parte com um adendo sobre as formas camponesas dependentes que marcaram a transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente no Brasil.

Importante destacar, desde já, que, ao tratar dos diferentes modos de produção existentes no Brasil, adotamos a tese sustentada por autores como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Santana Cardoso, segundo a qual existiram aqui modos de produção próprios, distintos dos clássicos identificados por Marx e Engels. Modos esses que, não obstante suas especificidades, se inseriram no modelo capitalista hegemônico vigente à época, se considerarmos a divisão internacional do trabalho.

Partindo da categoria marxista de ideologia, trataremos, na segunda parte da tese, da formação do Estado nacional republicano e do surgimento do Direito do Trabalho como fatores superestruturais necessários à implantação e à consolidação do modo de produção capitalista no Brasil.

Optamos por dividir a segunda parte em dois capítulos. No primeiro, após sumariar a formação histórica do conceito de ideologia no pensamento marxista, apresentaremos uma proposta de definição particular, que se mostre adequada ao nosso objeto de pesquisa. Encerraremos o primeiro capítulo fazendo uma análise crítico-comparativa do que entendemos por ideologia e consciência de classe. Esse

será o ponto de injunção da primeira e da segunda parte da tese, uma vez que, de acordo com nossa hipótese, tais categorias decorrem das formas específicas de estranhamento que empregado e empregador experimentam nas relações capitalistas de produção.

No segundo capítulo, partindo dos elementos que compõem a noção de ideologia por nós adotada, investigaremos alguns dos discursos ideológicos que visam legitimar a dominação que o empregador exerce sobre os trabalhadores que emprega e, simultaneamente, a forma como esses discursos se manifestaram no período de instauração do capitalismo e construção do Direito do Trabalho no Brasil. Optamos por tratar de forma simultânea os diferentes discursos ideológicos dos empregadores e os momentos históricos em que se manifestaram de forma mais evidente a fim de deixar claro o seu caráter histórico. Analisar discursos ideológicos abstratamente em uma seção para, somente depois tratar de sua aplicação histórica, poderia deixar margem à sustentação da existência de discursos ideológicos fora do contexto histórico, o que significaria tratar a própria ideologia de forma ideológica.

Ao relacionar cada ideologia (ou ideologias) com um período histórico determinado, queremos fazer referência ao momento em que essa(s) ideologia(s) surge(m) ou se manifesta(m) de forma mais evidente, sem desconsiderar, obviamente, a sua possível existência em períodos anteriores e sua provável continuidade em posteriores. Como destacamos no texto, os discursos ideológicos não nascem prontos e acabados, mas são construídos na história.

Para que essa investigação atinja o resultado que pretendemos, não seguiremos continuamente uma “linha cronológica”. Muitas vezes teremos de avançar alguns anos, ou mesmo décadas, para, depois, retroceder novamente às origens dos discursos ideológicos. O próprio tempo será tomado, aqui, de forma dialética, não como uma continuidade harmônica, mas como contradição e luta. A divisão aqui proposta não observa datas exatas. Até porque, excluídos os acontecimentos específicos, que na verdade não são o que efetivamente conduzem a história, os períodos históricos não são datados, mas contados com apenas relativa precisão. Não é possível identificar com absoluta certeza, por exemplo, a

data em que surge o capitalismo no Brasil, uma vez que tal surgimento decorreu de um longo processo histórico, cujo início e fim é de impossível precisão.

Pode ser considerado um truísmo dizer que o estudo do passado serve para uma melhor compreensão do presente. A importância da história não se esgota, entretanto, nesse truísmo. Mais do que a compreensão teórica de nosso presente, o estudo da história permite a compreensão de nossas práticas enquanto seres sociais que, determinando o presente, constroem a sociedade que teremos no futuro. Como não temos acesso direto ao passado (e, talvez, nem mesmo o tenhamos em relação ao presente) é necessário “recriá-lo”. Fazemos isso a cada momento que “contamos” nossa história. Reconstituir os fatos do passado com os olhos do presente não é uma atividade meramente descritiva, mas essencialmente (re)constitutiva. É uma atividade teórica e, ao mesmo tempo, prática. De nada serviriam os dados do passado se não fossem constantemente (re)interpretados e, com isso, (re)criados. Quando contamos, questionamos, interpretamos e compreendemos os fatos sob novas roupagens, não o fazemos apenas conforme as heranças que nos são legadas do passado, mas também de acordo com as circunstâncias de nosso presente.

Muitos dos fatos e discursos passados tratados aqui não apenas repercutiram no processo de construção da contemporaneidade, mas ainda ressoam e ressurgem, numa espécie de repetição da história. A relação entre os partidos políticos, a influência do positivismo, das distorções individualistas da livre concorrência e o discurso de colaboração de classes, apenas para apresentar alguns exemplos, vêm servindo ainda hoje, não apenas para justificar a dominação de uma classe sobre a outra, mas, sobretudo, nos tempos atuais, para contestar os direitos sociais conquistados pela classe dominada.

Acreditamos que a história tenha uma função revolucionária. Uma sociedade que não conhece a sua história não é capaz de transformá-la e, assim, de transformar-se. Esse conhecimento se revela de suma importância quando tratamos da forma de regulação das relações sociais de produção. Isso porque o Direito, e em especial o Direito do Trabalho, não tem apenas a função de regular tais relações, mas, acima de tudo, a de viabilizar, ou tentar impedir, a sua transformação. Convidamos, pois, o leitor a juntar-se a nós na (re)leitura dos acontecimentos que

forjaram o capitalismo e consolidaram o Direito do Trabalho no Brasil, esperando que, de alguma forma, ela possa contribuir para uma melhor compreensão de nosso presente e para a construção da sociedade que desejamos ter no futuro.

Conclusão

Realizamos, na presente tese, um percurso semelhante ao realizado por Marx em seu amadurecimento intelectual. Partindo das categorias antropológicas trabalhadas pelo “jovem Marx”, analisamos as diferentes formas de estranhamento que, em decorrência da alienação da força de trabalho e da divisão social do trabalho, manifestam-se no modo de produção capitalista. Desenvolvemos a tese apresentada, mas não desenvolvida, por Marx, de que as diferentes formas de estranhamento não se manifestam apenas nos trabalhadores, mas também nos empregadores. Demonstramos, ainda, porque essas formas de estranhamento não se realizaram completamente nas relações de produção pré-capitalistas e, ao identificarmos aproximadamente os momentos históricos do surgimento de cada uma delas, percebemos que seu desenvolvimento não se deu de modo constante, mas em fluxos e contrafluxos, avançando e retrocedendo de forma dialética.

Analisamos os modos pelos quais essas formas inacabadas de estranhamento influenciaram, de acordo com os seus diferentes graus de desenvolvimento, as classes e frações de classes no papel que desempenharam na transição dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo no Brasil. Nesse ponto, evidenciamos que esses diferentes graus decorreram da materialidade das relações sociais e, especialmente, da posição que cada fração de classe ocupou, tanto nas relações interclasses (notadamente nas relações de trabalho) quanto nas intraclasses (nas relações comerciais, financeiras, etc. que mantiveram com a classe hegemônica) em cada período histórico.

Em um segundo momento, passamos a fazer a “limpeza do terreno ideológico”, buscando analisar e desmistificar os diferentes discursos que visam legitimar a exploração inerente às relações de trabalho no modo capitalista de produção. Assim como o foi para Marx e Engels, essa atividade de “limpeza” fez-se necessária para nosso próprio esclarecimento. A atual sociedade capitalista demonstrou, entretanto, que, diferentemente do que pensavam os precursores do materialismo histórico, a crítica à ideologia jamais pode ser abandonada. Considerando que os discursos ideológicos se renovam constantemente, o seu desmascaramento também deve ser retomado a todo o momento.

Ao percorrer o caminho de (re)construção da história das lutas de classes no Brasil, analisamos apenas alguns discursos ideológicos – os mais evidentes –, demonstrando a realidade e as contradições que se ocultam sob o véu místico de tais formulações. Essa investigação, ainda que incompleta, foi suficiente para demonstrar o *modus operandi* desses discursos, assim como sua implicação nas relações materiais de produção desenvolvidas ao longo da história.

De acordo com o método por nós utilizado, após a realização de todas essas análises, faz-se necessário um trabalho de síntese. É esse esforço final que nos permitirá atingir uma compreensão adequada, não apenas do empregador enquanto particularidade, mas da totalidade que configura o modo de produção capitalista.

Para realizar essa síntese, temos que, em um primeiro momento, expor as relações que as formas de estranhamento manifestadas no empregado e no empregador mantêm entre si. É a partir do que se depreende dessa relação recíproca e dessa interação que identificaremos, em sua totalidade, os antagonismos gerados pelo estranhamento no modelo social vigente.

Com efeito, as três formas de estranhamento manifestadas no trabalhador relacionam-se e interagem com as três formas identificadas no empregador. Quanto à atividade produtiva, o estranhamento que faz com que o trabalhador se transforme em um simples *meio empregado* para um fim que lhe é estranho; no empregador se manifesta como *estado de exteriorização*. Se o trabalhador não consegue mais realizar sua humanidade pelo trabalho, que ao ser prestado já não lhe pertence; o empregador (embora desfrute do trabalho alheio) igualmente não se realiza, uma vez que sua situação na relação não lhe permite a prática do trabalho como atividade própria. Com isso, é retirado do empregador um dos elementos constitutivos da condição humana – o trabalho. Deixando de ser atividade vital para o trabalhador, o trabalho transforma-se em capital, em trabalho morto, para o empregador. A perda de sentido enquanto *atividade da exteriorização* pelo estranhamento do trabalho de um, torna-se uma vida inativa (*estado de exteriorização*) e, por isso, igualmente estranhada, sem sentido, para o outro.

Em um sentido distinto, o estranhamento em relação ao produto do trabalho, que domina o trabalhador na forma mercadoria, domina igualmente o empregador

na forma dinheiro. Se, com o processo de alienação, a mercadoria adquire poderes sobre humanos, que se voltam contra quem a produziu, o mesmo processo faz com que o ser humano em favor de quem se aliena a força de trabalho perca sua humanidade, sendo reconhecido (e reconhecendo-se) apenas como capital. O *fetichismo do dinheiro* “vira de cabeça para baixo” as relações dos seres humanos com as coisas, fazendo com que não seja mais o ser humano que possua o dinheiro, mas o dinheiro que possua o ser humano. Essa forma de manifestação do estranhamento, que faz com que o ser humano deixe de ser o sujeito determinante de suas relações, implica, ainda, para o empregador, a perda de seu referencial histórico. Negando as contradições existentes no sistema que propicia sua dominação de classe, o empregador tem de negar a própria continuidade da história, perdendo, assim, para o trabalhador, a sua condição de *sujeito histórico*.

Por fim, o ser humano acaba perdendo a sua própria humanidade. Essa derradeira forma de estranhamento também não se manifesta em apenas um dos envolvidos na relação de emprego, mas em ambos, tanto no que diz respeito a eles mesmos, quanto ao outro, reciprocamente considerado. O empregado perde sua humanidade ao se transformar em uma mercadoria e se vender a um estranho. Nesse momento, além de não mais se reconhecer como humano, ele não é capaz de reconhecer naquele estranho as mesmas propriedades que identifica em si. Se o termo trabalho pode ser considerado como uma derivação do latim *tripalium* (instrumento de tortura feito de três paus aguçados), o empregador pode ser considerado, em relação ao trabalhador, *o ser estranho* que, para atingir seus propósitos, lhe *emprega-dor*. Não se trata apenas de uma figura de linguagem, mas de uma metáfora quase perfeita (nenhuma metáfora é perfeita) das relações de trabalho no modo capitalista de produção.

O próprio empregador perde sua humanidade na medida em que, *empregando* como meio de produção um ser humano (a quem inclusive tem de reconhecer a condição de sujeito de direito, a fim de legitimar a exploração), não pode reconhecer naquele que é empregado senão um ser estranho que deixa de ter um fim em si mesmo. Em determinado estágio do desenvolvimento dessa relação, quando os discursos ideológicos se tornam hegemônicos, o empregador não consegue se reconhecer nem mesmo em relação aos demais empregadores, uma

vez que a distorção da concorrência torna a todos indivíduos egoístas voltados aos seus próprios interesses, necessariamente em conflito com os interesses dos demais. *Perdem sua humanidade*, assim, tanto o empregado quanto o empregador.

É possível concluir, pois, que essas diferentes formas de estranhamento (tanto em relação ao empregado quanto ao empregador), nada mais são do que diferentes formas de manifestação de um mesmo estranhamento – *o estranhamento do ser humano em relação a ele mesmo* – que decorre da alienação de sua força de trabalho, imposta pelo modo capitalista de produção. Ou seja, a alienação da força de trabalho e a divisão social do trabalho, decorrentes do modo capitalista de produção, geram alterações estruturais que levam à modificação dos próprios agentes envolvidos nesse processo.

As diferentes formas de estranhamento manifestam-se, necessariamente, no plano das ideias, de formas igualmente distintas, em relação aos empregados e aos empregadores: nos primeiros, em decorrência dos estranhamentos que ocorrem em relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade produtiva e ao seu ser genérico, manifestam-se como *consciência de classe*; nos segundos, em decorrência dos estranhamentos que ocorrem como estado de exteriorização e como comportamento teórico em relação ao seu ser genérico, como *ideologia*.

Mesmo essa ideologia, porém, não se manifesta apenas em um processo abstrato de reflexão, que se desenvolve exclusivamente nos pensamentos e discursos dos empregadores, mas numa sucessão real de fatos que ocorreram e continuam ocorrendo. Muito embora a ideologia não possua uma história própria, ou melhor, justamente por não a possuir, se manifesta necessariamente na materialidade histórica das relações sociais que visa ocultar.

É assim que, como vimos, as *ideologias da objetividade da ciência e da naturalização da exploração* surgem como “ideias naturais” no processo de formação do Estado nacional republicano brasileiro, garantindo que a mesma aristocracia rural, que dominava a sociedade durante o Império, se mantivesse no poder após a abolição e a modificação do modelo político de Estado.

Na tentativa de ocultar as relações simbióticas mantidas entre capital agrário, industrial e financeiro no surgimento do capitalismo brasileiro, a *ideologia do individualismo* tratou de gerar as deformações necessárias para propagar uma ideia distorcida de livre iniciativa e concorrência entre as diferentes frações da classe dominante, ao mesmo tempo em que fazia surgir no espírito dos trabalhadores uma ideia, ainda vaga, de colaboração entre classes.

Tendo de apelar ao capital estrangeiro para propulsionar o desenvolvimento da burguesia nacional incipiente, a classe empregadora empenhava-se em expulsar trabalhadores imigrantes cujo ingresso no país, poucos anos antes tinha sido por ela mesma incentivado, inclusive, com a utilização do aparato legislativo e contribuição financeira do Estado. É que, de forma inconveniente, aqueles trabalhadores não trouxeram para o Brasil apenas a sua força de trabalho, mas também as ideias revolucionárias que fariam surgir aqui as primeiras manifestações de consciência de classe.

As contradições dos *discursos ideológicos do caráter nacional e da identidade nacional* não seriam empecilho para que, juntamente com a repressão caracterizada pela prisão dos trabalhadores brasileiros e expulsão dos estrangeiros, tivesse início a legalização da classe operária no território nacional. Processo que a *ideologia da colaboração das classes*, já relativamente desenvolvida, trataria de consolidar em alguns poucos anos.

Antes disso, os *mitos do “self-made-man” e da cristalização da ordem social*, tão contraditórias quanto os discursos ideológicos do caráter nacional e da identidade nacional, tratariam de formar na classe proletária, a um só tempo, um espírito subserviente de extrema dedicação ao trabalho, sob a perspectiva de avanço social, e de mansa cordialidade e resignação. A tudo isso contribuiria, não apenas a (falsa) consciência da impossibilidade de alteração da ordem social vigente, mas também um medo real de que qualquer modificação pudesse significar, ao invés de avanço, retrocesso.

Além de denunciar tais ferramentas ideológicas, utilizadas pela classe dominante durante a formação do capitalismo e a consolidação do Direito do Trabalho no Brasil, demonstramos na presente tese que, ao contrário do que

sustentavam, e ainda sustentam, seus defensores, na medida em que diminuem as diferenças entre as frações de classe dos empregadores, aumentam as diferenças entre estes e seus empregados, acentuando-se cada vez mais a exploração e a desigualdade social, fazendo acirrar o conflito entre capital e trabalho, por mais negado que ele seja.

A “astúcia da história” tratou de “presentear” as novas classes sociais com uma figura paterna que extrapolou o significado parental da palavra para invadir o seu sentido místico-religioso. Impulsionado pela vontade do povo e mesmo contra ela quando isso se fez necessário, esse “pai dos pobres” “daria” a sua prole, primeiro, um Estado Novo e, depois, um novo Direito.

O Direito do Trabalho e a *Consolidação* de suas leis podem ser considerados a glorificação ideológica de todo esse percurso de instauração do capitalismo no Brasil. A partir de então, ele passará não só a justificar e legitimar a dominação de uma classe sobre a outra, mas também a regulamentar a circulação da única mercadoria capaz de gerar valor (e mais valor) ao capital: a força de trabalho.

Dessa forma, todos esses discursos não apenas provêm do plano material, mas necessariamente retornam a ele, passando a moldá-lo. Afetam diretamente as relações de produção, mantendo-as ou modificando-as, conforme os interesses da classe dominante. A ideologia não apenas surge do estranhamento decorrente da materialidade das relações de produção, mas também se volta para elas, na tentativa de perpetuá-las, fechando-se, assim, o círculo infernal do capitalismo.

Chega-se assim, finalmente, à chave de compreensão do sistema capitalista naquilo que Marx, já “maduro”, reconheceu como sendo o segredo do caráter fetichista da mercadoria. Segundo sustentamos aqui, esse caráter não se manifesta apenas na mercadoria que o trabalhador produz, mas, acima de tudo, no mais valor que o consumo de sua força de trabalho produz, no acúmulo de dinheiro que o empregador possui e que, ao se transformar em capital, acaba dominando-o. Ao final do processo, não é apenas o trabalhador que, reificado, perde a sua humanidade, mas também o empregador. Os diferentes discursos ideológicos aparecem, em suas formas desmistificadas, como ferramentas comprometidas com essa estrutura de estranhamentos, fetiches e reificações.

O resgate dessa história foi capaz de nos revelar a estrutura escondida sob as aparências da superfície da sociedade capitalista, que, embora não se revele imediatamente, encontra-se subjacente em todos esses discursos. Apenas quando nos damos conta de que as relações sociais capitalistas não são relações individuais, mas de classes antagônicas, desvendamos o véu que cobre tais relações e percebemos as realidades que elas produzem.

Agora já é possível compreender o empregador, dentro dessa estrutura, como classe social, e não mais como indivíduo. Uma classe que, por sua vez, é muito mais do que a soma dos indivíduos que a compõem. Perceber o empregador de forma individual é apenas uma das tantas distorções ideológicas denunciadas na presente tese.

Essa classe tem de ser percebida historicamente, enquanto sujeito das relações sociais que mantém com a classe que a ela se contrapõe. Compreendê-la fora da história ou mitigar essa contraposição, são outros disfarces empregados pela ideologia que pretende legitimar sua dominação. Para entender a parte (o empregador) é necessário compreender o todo (estrutura capitalista).

Dialeticamente, a crítica permite compreender melhor, não apenas a categoria particular do empregador e sua função no passado, mas a totalidade da sociedade capitalista no tempo presente, em que aquele mecanismo dialético a que constantemente fizemos referência muda seus polos e passa a atuar na desconstrução do Direito que outrora criara.

Tanto na atividade de criação quanto na de destruição do Direito do Trabalho, o Estado não ocupou, nem ocupa, uma posição neutra. Sendo um produto do modo de produção capitalista, sempre atuou e continua atuando em função da preservação da estrutura de que faz parte. Por isso, no mecanismo dialético que move a história, sempre esteve ao lado de uma classe social, e em oposição à outra.

Se a síntese que se pode extrair de todas essas análises é a de que a sociedade capitalista é uma estrutura dinâmica, ou seja, em constante modificação, essa síntese revela-se necessariamente provisória. A solução dos problemas apontados na presente tese trará consigo mudanças na estrutura do sistema,

mudanças que criarão novos problemas e exigirão novas soluções. A história não tem fim. A história da participação das classes sociais e do Estado na (des)construção do Direito do Trabalho continua nos afetando. Não somos sujeitos alheios ao nosso objeto de estudo. Esse mecanismo dialético continua atuando, ainda que, nos dias de hoje, de forma distinta.

Se a história realmente é um meio de transformação social, como sustentamos na introdução dessa tese, ao reconstruirmos esses acontecimentos, expondo a estrutura dinâmica oculta do modo capitalista de produção, estamos convidando a todos para atuarmos nessa transformação.

Referências¹⁵³⁷

Obras consultadas

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da filosofia**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

_____. **Por Marx**. Tradução Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. **Posições 1**. [S.T.] Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. **Posições 2**. Tradução de Manoel Barros da Motta; Maria Laura de Castro; Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

AMARAL, Azevedo. **Estado autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira**. Tomo III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3 ed. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Zahar, 1992.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**: textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AROUCA, José Carlos. **O sindicato em um mundo globalizado**. São Paulo: Ltr, 2003.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil**: 1889-1930. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁵³⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2016.

_____. **O touro negro**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

AZEVEDO, Artur. **O Tribofe**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972.

BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATISTA, Flávio Roberto. **O conceito de ideologia jurídica em Teoria geral do direito e marxismo**: uma crítica a partir da perspectiva da materialidade das ideologias. *In Verinotio – Revista on line de filosofia e ciências humanas*. N. 19. Ano X. Abril de 2015.

BESKOW, Gabriela Carames. **Os intelectuais e o ministério da revolução**: o boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas (1934 – 1937). *In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23. 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte – 1900-1945. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução do Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1968, Eclesiástico, Capítulo 33, versículos.

BISSO, Benito Schimidt. **1906 Porto Alegre vai à greve**. *In História Viva*. Ano IV, nº38.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRECHT, Bertold. **Teatro completo**. Vol. 06. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CANDIDO, Antonio. **De cortiço a cortiço**. *In O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930**: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *In Economia*, Brasília(DF), v.13, n.3b, p. 897–916, set/dez 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **A Afro-América**: a escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Condições sociais da industrialização de São Paulo**. *In Revista Brasiliense*, n. 28, 1960.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1973.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1973.

_____. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 36 ed. Atualizada por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comentada. Introdução e notas de Martin Gardner. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

_____. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Ruy. **Mau humor**: uma antologia definitiva de frases venenosas. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Tradução de Lydia Christina. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1966.

COLLOR, Lindolfo. **Exposição que justificou o Decreto n. 19.770**, de 19 de março de 1931.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva** In COMTE. Coleção Os Pensadores. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Discurso sobre o espírito positivo**. In COMTE. Coleção Os Pensadores. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CONSTANT, Benjamin. **Sobre a liberdade dos antigos comparada com a dos modernos**. Tradução de Loura Silveira Traduzido da edição dos textos escolhidos de Benjamin Constant, organizada por Marcel Gauchet, intitulada *De la Liberté cliez les Modernes*. Le Livre de Poche, *Collection Pluriel*. Paris, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Da Senzala à Colônia**. 5 ed. São Paulo: Unesp, 2010.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. 12 ed. São Paulo: Hemus, 1975.

CROPANT, Elizabeth di. (Coordenação geral). **Documentos sonoros**: nosso século. São Paulo: Abri Cultural, 1980-1982.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 2 ed. São Paulo: Difel, [S.d.].

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. In *DESCARTES*. Coleção Os Pensadores. Introdução de Gilles-Gaston Granger. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1963.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Boitempo, 1997.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Coordenação de tradução Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS Friedrich; KAUTSKY Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2 ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. 10 ed. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e USP, 1972.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes** (o legado da “raça branca”). 3 Vol. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das Leis Civis**. 2 Vol. Coleção História do direito brasileiro. Direito Civil. Ed. Fac-similada. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREUD, Sigmund. **O Futuro de Uma Ilusão**. O Mal-Estar na Civilização e outros Trabalhos. Vol. XXI. Tradução de Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: IMAGO, 2006.

_____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Traduzido por Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil (1917-1937). 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. 1 ed. São Paulo: Globo, 2013.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

_____. **O escravismo colonial**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980, p. 287-9.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. II: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUTEMBERG, Cláudia; ARAÚJO, Marcelo; GUIMARÃES, Leocádio; LEDO, Rodrigo. **Brasília... em 300 questões**. [S.l.]: Dédalo, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica**: (excertos). Seleção e tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

_____. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. 7 ed. Petrópolis/RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Tradução de Luciano Cavinni Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOAUSIS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização de Lília Moitz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002, p. 34-5.

_____. **Teoria tradicional e teoria crítica**. In BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO, HABERMAS. Coleção Os pensadores. [S.t.]. São Paulo: Nova Cultural, 1975.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Difel, 1962.

_____. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JARDIM, João (direção). **Getúlio**. Roteiro de George Moura. Copacabana Filmes, 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Lucimar A. Coghi Anselmi, Fulvio Lubisco. São Paulo: Ícone, 2007.

_____. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora S.A., 1959.

KEYNES, John Maynard. **Ensaio sobre Persuasão**, Nova Iorque: W.W.Norton & Cia., 1963

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Senac, 2000.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Apresentação e tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. São Paulo: Atual, 2010.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16**: de um outro ao outro. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. Tradução de Leonardo Codignoto. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

LASSALE, Ferdinand. **O que é uma Constituição**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. 3 ed. Campinas: Russell, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&pm, 2013.

LEITE, Carlos. **Socialismo e reformas**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1919.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução de Aristides Lobo 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O que fazer?** questões palpitantes do nosso movimento. Tradução de Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov. São Paulo: Hucitec, 1978.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira.** 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

LINHARES, Hermínio. **Contribuições à história das lutas operárias no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil colonial.** 6ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

LOUZADA, Alfredo João (org.). **Legislação Social Trabalhista.** Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Trabalho, 1933.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lewy. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Ideologias e ciências sociais:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodinei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBRUGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria, **O velho Senado.** Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis, Brasília, Senado Federal - Centro Gráfico, 1989.

_____. **Esaú e Jacó.** São Paulo: Globo, 1997.

_____. **Relíquias da casa velha.** São Paulo: Globo, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Tradução de Lívio Xavier. In Maquiavél. Coleção Os pensadores. Vol. IX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência** (uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital** – crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: O processo global de produção capitalista. Volume IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. S/t. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rubens Enderle; Nélío Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A sagrada família ou crítica da Crítica crítica**: contra Bruno Bauer e consortes. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Obras escolhidas**. Tomo III. Tradução BARATA-MOURA, José. S.l.: Avante!, S.d..

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Trajetórias entre fronteiras**: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no rio de janeiro. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009, p. 53.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. **História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1948.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Idéias Sociais de Jorge Street**: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990.

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. (Prefácio de Evaristo de Moraes Filho) 4 ed. São Paulo: Ltr, 1998.

_____. **Os acidentes no trabalho e a sua reparação**. Edição facsimilada. São Paulo: Ltr, 2009.

MORAIS, Fernando. **Chatô: O rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos do século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORICONI, Ítalo. **Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Os juristas na formação do Estado-Nação Brasileiro (1850-1930)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Um Estadista do Império**. 5ª ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Presença de Althusser**. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2010.

_____. **Marx**: ciência e revolução. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

NETO, Lira. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETTO, José Paulo (org.). **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

NORMANO, J. F.. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, António José Avelãs. **O Estado capitalista e suas máscaras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta Lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola: 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Herrera Filho. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2001.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PACHUKANIS, E. B.. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PAOLI, Maria Celia. **Os trabalhadores urbanos na fala dos outros**: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. Comunicação, n. 7, Museu Nacional, UFRJ, 1982.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira... [et al.]. **O Brasil republicano**. (História geral da civilização brasileira, Tomo 3, Volume 11): economia e cultura (1930-1964). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos**. V. I. O movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

_____. **A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos**. V. II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: FUNCAMP, 1981.

PLATÃO. **A República**. Coleção Os pensadores. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **Teeteto**. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. 2 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: patrióta, revolucionário, comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAMOS, Arthur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: CEB, 1956.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Posfácio de Godofredo de Oliveira Neto. 97ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RICHARD, Pablo. **1492**: a violência de Deus e o futuro do cristianismo. (Concilium – A voz das vítimas). Petrópolis: Vozes, 1990.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Laemmert, 1969.

ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. Tradução de Marta Maria Okamoto e Luiz Gonzaga Filho. São Paulo: Escuta, 1989.

RUSSELL, Bertrand. **No que acredito**. Tradução de André de Godoy Vieira. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SAES, Décio. A classe média na Primeira República (1889-1930): liberalismo oligárquico e protesto popular. In **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. **A formação do Estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. In Sartre – Heidegger. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem**: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In Revista *Krisis* nº 12, 1992, pp. 19-52. Tradução portuguesa de José Marcos Macedo publicada em S. Paulo, NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, nº. 45 - julho de 1996.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Como vencer um debate sem precisar ter razão**: em 38 estratégias: (dialética erística). Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

SHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: ciências, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 30.

SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (Org.). **Mauá**: o desafio inovador numa sociedade arcaica. Coleção O Pensamento Político Brasileiro. V. 4.. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SILVA, Hélio. **O ciclo de Vargas, 1934, A Constituinte**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SIMONSEN, Roberto C. **O problema social no Brasil**. São Paulo, 1947.

_____. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SINGER, Paul. **De dependência em dependência**: consentida, tolerada e desejada. Estudos avançados, Vol. 12, n. 33, maio-agosto 1998.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Tradução de Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. Coleção Os pensadores. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE Editora e Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Coord.). **O mito: 70 anos da CLT**: um estudo preliminar. São Paulo: Ltr, 2015.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, José Cavalcante de (org.). **Os pré-socráticos**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SPENCER, Herbert. **Do progresso**: sua lei e suas causas. Tradução de Eduardo Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, resistência e adaptação**: os alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado na área de História Regional, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Astor Antônio Dieh, pela Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Tradução e notas de J. A. G. Albuquerque. Coleção Os pensadores. Vol. XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TSÉ-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas**. Tomo I. S.t. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os liberais e a crise da República velha**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**. Vol. I. Interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

_____. **Introdução geral ao direito**. Vol. II. A epistemologia jurídica da modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. *In* Weber. Coleção os Pensadores. Vol. XXXVII. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Sites consultados

<http://br.advfn.com/indicadores/salario-minimo/evolucao>

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,getulio-institui-o-salario-minimo-imp-545453>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/proposta-de-reforma-trabalhista-autoriza-jornada-de-ate-220-horas-por-mes.ghtml>

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62158&norma=78042>

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323>

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf

<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-ordem-e-progresso-sera-o-slogan-do-governo-temer,10000050764>

http://vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1698&id_coluna10

http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

<http://www.aquasmornas.sc.gov.br/fogo-simbolico.htm>

<http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/numeros-da-escravidao/>

<http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>

http://www.culturabrasil.pro.br/13051888_abolicao.htm

http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=978&sid=107>

<http://www.ipeadata.gov.br/>

http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf. Acesso em 28 de Junho de 2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm

http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php/envia_materia.php?mat=27912<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/01/o-dia-em-que-cbf-driblou-a-fifa-e-mudou-a-camisa-da-selecao-por-us-3-mi.htm>

http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivospdf/encarte_abolica_o.pdf

[http://www.sistemapiaget.com.br/site/images/stories/2015/professores/ronan/manifesto do verde.pdf](http://www.sistemapiaget.com.br/site/images/stories/2015/professores/ronan/manifesto_do_verde.pdf)

<http://www.trt3.jus.br/escola/memoria/historico.htm>

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/31/lei-dos-sexagenarios-completa-130-anos>

http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/gil_blas.html

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2377-8-julho-1940-412315-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4637-31-agosto-1942-414547-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5821-16-setembro-1943-415869-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6532-29-junho-1907-517583-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/04/manifesto-contr-o-desmonte-da-justica-do-trabalho-e-dos-direitos-trabalhistas/>

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24694.htm

https://www.youtube.com/watch?v=1gPvrO_tb1o

<https://www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM>

<https://www.youtube.com/watch?v=ZP1JWag7OCY>

Sumário Analítico

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I: TRABALHO, ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO: CRÍTICA DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO EMPREGADOR NO BRASIL	19
1. INTRODUÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO	19
2. ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	27
2.1. Alienação e estranhamento: uma distinção a partir da perspectiva jurídica	27
2.2. As formas de estranhamento em relação ao empregado.....	34
2.2.1. Estranhamento com relação aos produtos de seu trabalho	35
2.2.2. Estranhamento com relação à atividade produtiva	37
2.2.3. Estranhamento com relação ao seu ser genérico	39
2.3. As formas de estranhamento em relação ao empregador	43
2.3.1. Estranhamento como estado de exteriorização	45
2.3.2. Estranhamento como comportamento teórico	47
2.3.3. Estranhamento com relação ao ser genérico	51
3. RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DOS PRIMEIROS “EMPREGADORES” NO BRASIL.....	56
3.1. Os colonizadores extrativistas.....	57
3.2. Os três grandes “empregadores” no Brasil colonial	62
3.2.1. Os senhores do açúcar	63
3.2.2. Os “empregadores” (dos verdadeiros) desbravadores do Brasil: a mineração e a ocupação do centro-sul.....	70
3.2.3. Os fazendeiros do café	78
3.3. Modo de produção e força produtiva escravistas	91
3.3.1. A escravização do índio	93
3.3.2. Os escravos africanos.....	97
3.3.3. O discurso ideológico de legitimação da escravidão.....	102
3.3.4. (As contradições da) manifestação do modo de produção escravista na superestrutura jurídica	106
a) “Personificação” do escravo no Direito Penal	108
b) “Personificação” parcial do escravo no Direito Civil	109
c) “Coisificação” do escravo no Direito Constitucional	110
4. TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE: “A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA” NO BRASIL	112
4.1. Participação dos trabalhadores no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil	114
4.1.1. Participação dos trabalhadores escravizados	115
4.1.2. Participação dos trabalhadores livres	117
a) Trabalhadores livres rurais	117
b) Trabalhadores livres urbanos da classe baixa (trabalhadores braçais). 118	
c) Trabalhadores livres urbanos da classe média (intelectuais civis e militares)	120
4.2. Participação dos “empregadores” no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil	124
4.2.1. Participação dos pequenos “empregadores” nacionais	125
4.2.2. Participação dos grandes “empregadores” nacionais	127

a) Grandes “empregadores” rurais.....	128
b) Grandes “empregadores” urbanos.....	135
b.1) “Empregadores” do setor mercantil-financeiro.....	136
b.2) “Empregadores” do setor Industrial.....	138
4.2.3. Participação dos empregadores estrangeiros	147
4.3. Participação do Estado no processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil.....	151
4.3.1. A legislação (anti-)abolicionista: a superestrutura jurídica como instrumento de resistência da classe dominante.....	153
a) Lei Eusébio de Queiroz (1850)	154
b) Lei de Terras (1850).....	157
c) Lei do Ventre Livre (1871).....	161
d) Leis provinciais antitráfico (1880 a 1883).....	165
e) Lei Saraiva-Cotegipe (Lei de “Libertação” dos Sexagenários – 1885) ...	169
f) Lei Áurea (1888)	173
4.3.2. O Encilhamento	179
4.3.3. A política de imigração	184
ADENDO: AINDA ANTES DO CAPITALISMO... BREVES PALAVRAS SOBRE AS “FORMAS CAMPONESAS DEPENDENTES”	189
5. CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE	197
PARTE II: A(S) IDEOLOGIA(S) DO EMPREGADOR: CRÍTICA AOS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DO CAPITAL E À CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RAMO DO DIREITO.....	201
1. INTRODUÇÃO: IDEOLOGIA E HISTÓRIA.....	201
2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO MARXISTA SOBRE IDEOLOGIA ...	205
2.1. O percurso histórico de uma palavra	205
2.2. Uma proposta de definição	214
2.2.1. Dominação	215
2.2.2. Historicidade.....	217
2.2.3. Inversão de categorias e ocultamento da realidade	219
2.2.4. A linguagem e os discursos ideológicos.....	221
2.3. Ideologia versus Consciência de Classe	226
3. OS DISCURSOS IDEOLÓGICOS DO EMPREGADOR.....	231
3.1. Ideologia da objetividade da ciência e a naturalização da exploração capitalista na formação da República	232
3.1.1. Os discursos ideológicos: a objetividade da ciência e a naturalização da exploração capitalista.	232
3.1.2. A sua manifestação material na história: a República e os primeiros anos do capitalismo nacional na superestrutura estatal	244
Uma nota sobre a primeira Constituição Republicana	251
3.2. Ideologia do individualismo e as deformações imaginárias da livre iniciativa e da concorrência: a industrialização como consequência secundária da agricultura	254
3.2.1. O discurso ideológico: individualismo e as deformações imaginárias da livre iniciativa e da concorrência.....	254

3.2.2. A sua manifestação material na história: a industrialização no Brasil como decorrência das fazendas de café – a conversão dos senhores de escravos em senhores do capital.....	266
a) Fatores que impediram/dificultaram a industrialização após a abolição: a contradição entre os interesses dos fazendeiros escravistas e os dos industriais capitalistas.....	266
b) Fatores favoráveis à industrialização: a conjunção de interesses e a fusão entre o capital agrícola e o capital industrial.....	270
c) A fusão entre o capital industrial e o capital bancário: o capital financeiro.....	276
d) A indústria e as relações de produção capitalistas: interdependência recíproca.....	278
3.3. Ideologias do caráter nacional e da identidade nacional: a formação e a legalização da classe operária brasileira.....	281
3.3.1. Os discursos ideológicos: caráter nacional e identidade nacional	281
3.3.2. A sua manifestação material na história: a formação e a legalização da classe operária brasileira	290
a) A formação da classe operária brasileira: intensificação e extensão do trabalho; exploração de mulheres e crianças como consequência do desenvolvimento da indústria e da maquinaria.....	290
b) A reação operária à exploração: as greves anteriores à década de 1930 ou por que Getúlio Vargas não foi um “clarividente” que “antecipou a questão operária no Brasil”?	296
b.1) Socialistas	298
b.2) Anarquistas	299
b.3) Comunistas	303
c) A contrarreação dos empregadores: as ideologias do caráter nacional e da identidade nacional começam a “dar as caras”	305
c.1) Repressão: a questão social como uma “questão de polícia”	306
c.2) Ideologia: O surgimento das primeiras leis trabalhistas	310
C.2.1) A legalização da classe operária brasileira: a expulsão dos trabalhadores estrangeiros e o início da cooptação dos sindicatos operários.....	317
3.4. Ideologia da colaboração: “Self-made-man” e cristalização da ordem social na “República Nova”.....	322
3.4.1 O discurso ideológico: “self-made-man” e cristalização da ordem social	322
3.4.2. A sua materialidade histórica: a, assim chamada, “República Nova” .	332
a) Os fatores infraestruturais que consolidaram o capitalismo no Brasil ...	334
a.1) As Revoluções Industriais chegam ao Brasil: da expansão da indústria de substituição ao surgimento da indústria automotiva	334
a.2) O “estágio superior do capitalismo” no Brasil.....	337
a.3) O Welfare State e suas repercussões no Brasil.....	340
b) Os fatores superestruturais que consolidaram o capitalismo no Brasil .	342
b.1) O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	342
b.2) A nacionalização do trabalho: a “Lei dos dois terços”	345

b.3) A criação do sindicalismo oficial: as “leis” de sindicalização, a constitucionalização do Direito do Trabalho no Brasil e a “lei monstro” ..	347
3.5. Ideologias do pai-patrão, da religião e da democracia: da “República Nova” ao Estado Novo	355
3.5.1. Os discursos ideológicos: pai patrão, religião e democracia	355
a) Pai-patrão: a família a serviço do capital	355
b) Religião: capitalistas, graças a Deus	358
c) Democracia: a expressão política da luta de classes.....	362
c.1) Democracia direta: o povo “deseja” ser explorado.....	363
c.2) “Democracia representativa”: um oxímoro com aparência de pleonismo	365
c.3) “Democracia ditatorial”: um pleonismo com aparência de oxímoro	368
3.5.2. A sua materialidade histórica: o Estado Novo	371
a) A ditadura disfarçada de democracia: Getúlio Vargas – o todo-poderoso “pai dos pobres”	371
b) O duplo movimento de cooptação e repressão se intensifica: o Estado Novo apresenta seus Aparelhos de Estado	375
b.1) O Aparelho Repressor do Estado Novo.....	375
b.2) Os Aparelhos Ideológicos do Estado Novo.....	380
b.2.1) A informação como ideologia: o Rádio e o Departamento de Imprensa e Propaganda	381
b.2.2) A religião estadonovista e o “mito da outorga”	384
b.2.3) A consagração do Estado Novo em seu santuário e os discursos (ideológicos) de consolidação da legislação trabalhista	388
c) O fim do Estado Novo: réquiem para um sonho democrático	398
4. CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE:.....	401
CONCLUSÃO:.....	404
REFERÊNCIAS.....	412
OBRAS CONSULTADAS	412
SITES CONSULTADOS	426